

Funcef: O que acontece se a meta atuarial for ultrapassada?



Quando a rentabilidade dos investimentos da Funcef supera a meta atuarial, a primeira dúvida é saber o que acontece com o excedente. A Funcef não tem fins lucrativos. Todo o patrimônio é dos participantes. Então vamos entender o que acontece se a meta for ultrapassada.

Superar a meta significa que o patrimônio do plano cresceu mais do que o necessário para cumprir as obrigações a longo prazo, como o pagamento de benefícios dos participantes.

Mas não é porque o ano foi bom que o excedente será distribuído imediatamente, existe um caminho bem definido pela legislação e pelos regulamentos dos planos.

O primeiro passo é garantir que o plano esteja equilibrado, com recursos suficientes para honrar todos os pagamentos de benefícios no longo prazo. Quando os recursos garantidores superam as obrigações futuras, forma-se a chamada reserva de contingência, que funciona como uma segurança para os momentos de instabilidade econômica ou rentabilidades abaixo da meta.

O limite dessa reserva é bem definido e segue critérios estabelecidos na resolução 30 do CNPC - até 25% das provisões matemáticas ou a soma da duração do plano (tempo médio de pagamento dos benefícios) + 10, adotando-se o menor desses dois valores. Por exemplo, se a duração do REB é 10,25 anos, o limite da reserva de contingência é 20,25% das provisões.

Então não há vantagens diretas para os participantes? Sim, mas há uma etapa até chegar lá! Se a rentabilidade continuar superando a meta e a reserva de contingência já estiver completa, forma-se a reserva especial, que é o superávit consolidado do plano.

Com três exercícios consecutivos de reserva especial, aí, sim, é possível fazer a revisão do plano de benefício. É neste momento em que são discutidos os critérios para distribuição desta reserva.

A legislação determina que a reserva especial seja dividida em partes iguais entre os participantes e a patrocinadora. O REB, por exemplo, se encontra em situação de equilíbrio e está acumulando reserva especial. Isso significa que, caso essa situação se mantenha, parte do superávit será, futuramente, distribuída entre os participantes e a Caixa.

Saúde para quem mais precisa

A partir de agosto, operadoras privadas vão atender pacientes do SUS, como forma de quitar R\$ 750 milhões de dívidas com a União. O programa Agora Tem Especialistas, apresentado pelo Ministério da Saúde com apoio da ANS, transforma débito em serviço. Consultas, exames e cirurgias em seis áreas cruciais, como cardiologia, oncologia e ginecologia, vão chegar a quem mais precisa, sem custo, pela rede privada.

As dívidas são antigas: operadoras deixaram de ressarcir o sistema público por atendimentos que deveriam ter coberto. Agora, terão que devolver à sociedade, na prática. O atendimento seguirá as filas do SUS e será prestado conforme a demanda de cada região. Os planos só abatem a dívida depois de entregar o pacote completo de cuidados, do diagnóstico ao tratamento.

Os estados e municípios vão escolher os serviços a partir de uma lista organizada pelo Ministério da Saúde. Cada operadora deverá oferecer pelo menos 100 mil atendimentos por mês. As menores, 50 mil, desde que atendam áreas críticas. Tudo será fiscalizado com apoio do governo federal.